

Polícia

policia@correiodopovo.com.br
 Editora assistente: Ana Paula Acauan

Quatro ônibus atacados

■ Quatro ônibus da empresa Rio Guaíba foram assaltados em sete dias durante o itinerário, entre Guaíba e Porto Alegre. Os veículos atacados são das linhas Morada da Colina e Florida (nesta última, foram três ocorrências). A transportadora informou que sempre agem da mesma forma, embarcando no terminal em Guaíba, cometendo o crime no trajeto e descendo na BR 290, na região das ilhas.



Nove tipos de ocorrências podem ser registrados pelo www.delegaciaonline.rs.gov.br.

Arrastão dentro do trem

■ Usuários da Trensurb tiveram alguns de seus pertences roubados durante o trajeto de Novo Hamburgo a Porto Alegre na noite de terça-feira. Segundo a empresa, como se trata de um vagão antigo, não é equipado com câmeras de monitoramento. Há a tecnologia apenas nas estações. O fato ocorreu nas proximidades da Estação Unisinos, em São Leopoldo, por volta das 23h30min.



PAULO NUNES

10ª DP, do bairro Santana, foi fechada por volta das 16h de ontem

Delegacias mantêm operação padrão

Órgãos atendem só a casos graves. População é orientada a acessar [site](http://www.delegaciaonline.rs.gov.br)

As delegacias registraram mais um dia de operação padrão, quando o atendimento à população é restrito a casos graves, devido ao parcelamento dos salários. A reportagem esteve na tarde de ontem em seis delegacias de polícia de Porto Alegre e constatou o mesmo cenário: portas abertas, mas com serviços limitados.

Em praticamente todos os locais existiam cartazes pedindo que a população recorra à Delegacia Online (www.delegaciaonline.rs.gov.br) para o registro de nove tipos de ocorrências: perda e localização de documentos e objetos, acidentes de trânsito com danos materiais (sem vítimas, sem fuga do local, sem sinais de embriaguez), perturbação (da tranquilidade, do trabalho e do sossego alheio), furto simples, calúnia, injúria, difamação e maus-tratos contra animais.

Na 2ª Delegacia de Pronto Atendimento (DPPA), na Ipiranga, foram flagradas duas pessoas, em um intervalo de cinco minutos, que foram registrar perda de documentos e tiveram de voltar para casa. Um farmacêutico de 37 anos, que não quis se identificar, perdeu a carteira de identidade há um mês e foi orientado a entrar no [site](http://www.delegaciaonline.rs.gov.br), o que ele tinha feito, sem sucesso. “Ninguém gosta de vir a um lugar e não ser atendido. Mas entendo a reivindicação deles.” A estudante Micaela Gonçalves, 19 anos, disse não saber como podia fazer o registro de forma *on-line*.

Na 1ª DP, na rua Riachuelo, no Centro, a sala de espera estava cheia, mas com atendimento restrito a urgências. Dois homens faziam registros para ocorrências de roubo.

Na 10ª DP, na rua Jacinto Gomes, no bairro Santana, a repor-

tagem conseguiu flagrar a unidade sendo fechada para atendimento ao público, por volta das 16h. “Só vamos atender a esses dois e estamos fechando. Agora, só urgências”, observou o delegado Alípio Pereira. O policial explicou que havia uma divergência entre os delegados e os servidores das outras categorias da Polícia Civil de abrir ou não os órgãos. Agora, há determinação pelo fechamento.

Na 3ª DP, no bairro Floresta, na 3ª DPPA, no bairro São Geraldo, e na 17ª DP, na Voluntários da Pátria, o atendimento também estava restrito. A 3ª DPPA não apresentava movimento. Um servidor disse que PMs registram muitas ocorrências de tráfico de drogas e nos últimos dias houve redução. “Acredito que no caso deles tenha sido por causa de problemas na documentação das viaturas”, constatou.

VILA IPIRANGA

Preso quarteto que invadiu casa

O 11º BPM de Porto Alegre prendeu ontem quatro assaltantes suspeitos de invadirem uma casa e renderem um casal e uma funcionária, os três idosos, na zona Norte. Eles foram amarrados com lacres plásticos no interior de uma residência no bairro Vila Ipiranga enquanto a quadrilha cometia o crime. Foram levados dinheiro, joias, armas, celulares e um carro. O rastreador do veículo possibilitou a localização do grupo. Os quatro foram presos em flagrante. Todos os pertences levados da casa foram recuperados. Os idosos sofreram escoriações leves.

SANTA CATARINA

Agricultor condenado por estuprar duas filhas

Um agricultor de 45 anos, acusado de estuprar duas filhas, com quem teve outros seis filhos, foi condenado a 76 anos, dois meses e 20 dias de prisão no Norte catarinense. A sentença foi proferida pela juíza Monike Silva Póvias, da 2ª Vara Criminal de Rio Negrinho, na terça-feira. Ele continuará preso no Presídio Regional de Mafra.

O agricultor foi detido em casa no dia 11 de julho de 2014, após denúncia anônima. Depois de confessar que estuprava as filhas desde pequenas, o homem relatou, em depoimento, que sofria de um distúrbio e precisava de tratamento. O condenado teve três filhos com cada vítima. Na época da prisão, a filha mais nova estava grávida da quarta criança proveniente dos abusos.

Na casa da família, moravam 17 pessoas: o agricultor, a mulher dele e os nove filhos do casal, além de outras seis crian-

ças geradas pelas violentadas.

O agricultor foi condenado ainda por tortura contra a própria mulher e coação das vítimas durante o processo. As filhas eram mantidas isoladas, em regime de escravidão sexual, e sofriam constantes ameaças de morte, segundo a decisão.

Conforme o Ministério Público, o crime de coação se caracterizou porque o suspeito obrigou as filhas e a esposa a mentirem em investigação policial em 2008, quando uma das jovens registrou um boletim de ocorrência contra o pai por estupro. O promotor solicitou também a realização de exame de DNA nas crianças, filhas das jovens violentadas, para confirmar a paternidade. Quando ele foi preso, as duas filhas disseram estar “aliviadas”. “Eu quero trabalhar, quero estudar e quero dar o melhor para os meus filhos”, desabafou uma delas.

ANDRÉ ÁVILA



Integrantes do Fórum da Questão Penitenciária se reuniram ontem

PRESÍDIO CENTRAL

Cronograma sairá até dia 28

O governo federal tem até o dia 28 para apresentar cronograma com medidas para resolver o problema de superlotação do Presídio Central em Porto Alegre, considerado o pior do Brasil. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos concedeu o prazo após pedido da União. A Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul (Ajuris) recebeu notificação sobre a decisão.

O Fórum da Questão Penitenciária havia encaminhado petição requerendo audiência para análise do caso do Central e das demais casas prisionais do RS. As obras previstas para 2014, que incluíam ampliações das vagas, não foram feitas. Integrantes do fórum se reuniram ontem na Capital para tratar do assunto e apresentar contribuições para projeto do deputado estadual Tiago Simon (PMDB).

A ideia é criar um fundo penitenciário. Os recursos viriam de custas judiciais, que poderiam gerar R\$ 30 milhões/ano, caso o valor fosse aumentado em 1% ou 2%. “Vivemos uma situação gravíssima há muito tempo. O fundo teria recursos adicionais e seria administrado por um Conselho.” O juiz da Vara de Execuções Criminais Sidinei Brzuska afirmou que o Judiciário usa a estrutura carcerária e, por isso, seria razoável contribuir.

No encontro, o professor de Direito do IPA Celso Rodrigues apresentou perfil dos presos de até 29 anos do Presídio Central. A maior parte dos ingressantes é de jovens. O estudo com 270 detentos mostrou que 69% não passaram pela Fase. A metade trabalhava com carteira assinada nos últimos 12 meses. “Isso derruba o mito da carreira criminoso.”

Greves e mobilizações no RS

O pedido de reajuste de 21% fechou as delegacias gaúchas há 27 anos, durante o governo de Pedro Simon, lembrou Isaac Ortiz, presidente da Ugeirm, sindicato dos escrivães, inspetores e investigadores de polícia. “Foi nossa primeira grande greve da Polícia Civil, depois da ditadura”, afirmou. O sindicalista observou que, diferentemente de hoje, não foi permitido o registro de ocorrência nas delegacias, mesmo em situações mais graves. “O governo criou um atendimento provisório, na rua Manoel Elias, onde funcionava o Grupamento de Operações Especiais. É que nós passamos a corrente na área judiciária (no Pa-

lácio da Polícia).” Ortiz lembrou que o reajuste não foi concedido até a saída do governador.

Em 1997, policiais civis e militares também reivindicavam reajuste salarial durante o governo de Antônio Britto. Devido ao impasse, a Assembleia Legislativa foi invadida pelos policiais, que chegaram a entregar as armas.

O presidente da entidade citou ainda de outra mobilização, no final de 2004, durante a gestão de Germano Rigotto, também com o objetivo de buscar a reposição salarial. “Posso dizer que foi o maior movimento, pois ficamos 29 dias em greve”, afirmou Ortiz.